

A Influência da Vontade nos Julgamentos Intelectuais

Asa Mahan

Tradução e apresentação

Silvério Beckerⁱ

Apresentação

Nascido em 1799, nos Estados Unidos da América, Asa Mahan (1799-1889) foi o autor de obras importantíssimas no campo da filosofia, tais como: *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or An Analysis of the Law of Thought* (1857), e *A Critical History of Philosophy* (1883). Seu pensamento ainda é pouco conhecido no Brasil; o que, em parte, se deve à ausência de traduções de suas obras para a língua portuguesa. Sua obra de filosofia é vasta, e inclui teorias importantes sobre lógica, ética, filosofia da mente, epistemologia, e filosofia da religião. Embora o pensamento de Mahan tenha influência mais forte na teologia, ele não é menos importante para a filosofia.

Asa Mahan foi um grande admirador da filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), mas também era um crítico perspicaz do pensamento do filósofo alemão. Uma de suas principais críticas a Kant foi direcionada à teoria do conhecimento deste, que ele considerava estar baseada em uma grande falácia, e também ao conceito kantiano de Razão, que ele considerava equivocado. Contudo, na filosofia moral, Mahan acreditava, e defendia, que Kant estava certo em relação aos fundamentos da moralidade. Talvez, devido a sua admiração por Kant, ele mesmo não tenha percebido o alcance de suas críticas à filosofia Kantiana; principalmente em relação à ciência moral. Nas obras de Mahan sobre a moralidade, o princípio defendido por Kant, frequentemente é evocado; embora nem sempre de modo totalmente coerente com as ideias defendidas por ele próprio.¹ Isso acontece também em *Doctrine of the Will* (1845), obra na qual o texto a seguir foi, primeiramente, publicado.

ⁱDoutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Secretaria de Educação de Itapiranga - SC. E-mail: silverioecker@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3449-4876>.

¹A principal obra de filosofia moral de Mahan é *Science of Moral Philosophy*. Obra na qual ele apresenta e critica os mais importantes sistemas de filosofia moral conhecidos, e defende o sistema kantiano. Cf. MAHAN, Asa. *Science of Moral Philosophy*. James M. Fitch: Oberlin, 1848. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UlsdAAAAYAAJprintsec=frontcoverhl=pt-BRsource=gbs_gesummary_cad=0v=onepageqf=false, em 25/07/2021.

Na obra supracitada, Mahan defende que os seres humanos possuem uma faculdade dotada de liberdade, a saber, a Vontade. Nessa obra ele procura esclarecer o conceito de liberdade, bem como a extensão e os limites da liberdade enquanto atributo da Vontade. Ele também responde e procura mostrar a inconsistência, tanto no campo da filosofia quanto no campo da teologia, de diversos argumentos daqueles que se opõem à teoria da liberdade da Vontade, os quais ele denomina Necessitaristas.

O capítulo *A Influência da Vontade nos Julgamentos Intelectuais*, porém, trata mais especificamente de uma teoria do conhecimento acerca das relações da liberdade humana com as crenças, opiniões, e julgamentos destes. Nesse texto, Mahan defende que a Vontade influencia, direta, e também indiretamente, os erros de julgamento, quando eles existem; o que torna os seres humanos responsáveis por seus preconceitos e julgamentos errados. Para Asa Mahan, nenhuma de nossas faculdades intelectuais, e tampouco os nossos sentidos, nos enganam; antes, os erros têm sua origem em assunções realizadas indevidamente pelo próprio agente moral - assunções da Vontade - através do uso que ele faz de sua liberdade.

Ao lermos o texto a seguir, uma conclusão é quase inevitável: tivesse Descartes meditado um pouco melhor, não teria ele duvidado de tantas coisas.

* * *

Tradução²

Os homens frequentemente são voluntários em suas opiniões

É uma máxima antiga, que a Vontade governa o entendimento. Uma questão que se torna importante para nós, é: em que extensão, e em que sentido, essa máxima é verdadeira? É inegável, que, em muitas circunstâncias importantes, os seres humanos são voluntários em suas opiniões e julgamentos e, portanto, responsáveis por eles. Frequentemente, ouvimos a declaração, “tu deves, ou

²*Influence of the Will in Intellectual Judgments*, é o décimo terceiro capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845; pp 183-194. Disponível, em 26/12/2021, em: https://books.google.com.br/books?id=HyxDAQAAMAAJprintsec=frontcoverhl=pt-BRsource=gbs_e_summary,cad=0v=onepageqf=false; e também em <https://www.gutenberg.org/files/38621/38621-h/38621-h.htmXIII>.

tu não deves, nutrir tais e tais opiniões, para formar tais e tais julgamentos.” “Tu és obrigado a admitir, ou tu não tens o direito de admitir, tais e tais coisas como verdade.” Os homens frequentemente falam, também, em pré-julgar casos particulares, e assim incorrer em culpa. Uma questão pode, muito propriamente, ser colocada aqui: o que são essas opiniões, julgamentos, admissões, pré-julgamentos, etc.? São afirmações reais da Inteligência, ou são, exclusivamente, fenômenos da Vontade?

O erro não provem da Inteligência, mas da Vontade

A proposição que eu apresento é esta: *a Inteligência, em seu exercício apropriado, raramente, talvez nunca, pode fazer afirmações erradas; opiniões erradas, admissões, pré-julgamentos, etc., são, na maioria dos casos, senão em todos, nada além de fenômenos, ou assunções da Vontade.* Se a Inteligência pode fazer afirmações errôneas, é importante determinar em que departamento de sua ação tais afirmações podem ser encontradas.

As faculdades primárias não podem errar

Vamos, primeiro, contemplar a ação das faculdades intelectuais *primárias* – o Sentido, ou faculdade de percepção *externa*; a Consciência, a faculdade de observação *interna*; e a Razão, a faculdade que nos dá as *verdades universais e necessárias*. As duas primeiras faculdades nos dão os fenômenos externos e internos. A última nos dá os antecedentes lógicos dos fenômenos, assim percebidos e afirmados, a saber: as ideias de substância, causa, espaço, tempo, etc. Na ação dessas faculdades, um erro real é impossível.

Assim também é com as faculdades secundárias

Vamos agora contemplar a ação das faculdades secundárias, o Entendimento e o Julgamento. O primeiro une os elementos dados pelas três faculdades primárias em noções de objetos particulares. O último classifica essas noções de acordo com as qualidades percebidas. Aqui, também, não encontramos lugar para afirmações erradas. O Entendimento pode somente combinar os elementos realmente dados pelas faculdades primárias. O Julgamento pode classificar

unicamente de acordo com as qualidades realmente percebidas. Assim, eu poderia percorrer todo o âmbito da Inteligência, e mostrar que, raramente, talvez nunca, em sua apropriada ação, ela pode fazer afirmações erradas.³

Onde se encontra o erro: na assunção

Onde, então, está o lugar para o erro, para opiniões erradas, e pré-julgamentos? Vamos supor, que alguns indivíduos estão observando algum objeto distante deles. Nenhuma qualidade é dada a não ser aquelas que são comuns a uma variedade de objetos, tais como um homem, um cavalo, um boi, etc. A faculdade perceptiva não enganou ninguém nesse caso. Ela não deu nada além de qualidades reais. O Entendimento pode somente formar uma noção do objeto, como algo que possui essas qualidades particulares. O julgamento pode afirmar somente, que as qualidades percebidas são comuns a diferentes classes de objetos, e conseqüentemente, que nenhuma afirmação pode ser feita quanto a que classe pertence o objeto percebido. A Inteligência, portanto, não faz afirmações falsas. Ainda assim, permanece a questão: “O que é isso?” Um responde: “Isso é um homem. Essa é minha opinião.” Outro: “Isso é um cavalo. Esse é meu julgamento.” Outro ainda diz: “Eu discordo de todos vós. Isso é um boi. Essa é minha noção.” Ora, o que são essas opiniões, julgamentos, e noções? Elas são afirmações reais da Inteligência? De modo nenhum. A Inteligência não pode afirmar nada, sob tais circunstâncias. Na realidade, elas não são nada além de meras *assunções* da Vontade. Uma vasta maioria das chamadas opiniões, crenças, julgamentos, e noções entre os homens, e tudo onde se encontra o *erro*, não são nada além de assunções da Vontade.

As assunções algumas vezes são baseadas em afirmações reais da Inteligência, e algumas vezes não. Suponha que os indivíduos, acima referidos, se aproximem do objeto, até que lhes sejam dadas qualidades que são peculiares ao cavalo. O Entendimento logo classifica o objeto de acordo. Tão logo isso acontece, todos exclamam: “bem, isso é um cavalo.” Aqui, mais uma vez, são assunções, mas assunções baseadas em afirmações reais da Inteligência. No primeiro caso, tínhamos assunções que não estavam baseadas em tais afirmações.

³Para saber mais sobre o modo como Asa Mahan classificava e distinguia as faculdades da mente humana, cf. MAHAN, Asa. *A System of Intellectual Philosophy*. Fenwick: Richard M. Friedrich, 2005 [1854]; pp 39-282; e também: MAHAN, Asa. *The System of Mental Philosophy*. S.C. Griggs and Company: Chicago, 1882. A última é dedicada inteiramente à definição e à classificação das faculdades mentais humanas. [N.T.]

As suposições falsas nem sempre implicam culpa moral. Muitos dos negócios necessários da vida não têm outra base a não ser *suposições* prudentes ou imprudentes. Quando o agricultor, por exemplo, semeia uma semente específica no solo, é somente pelo equilíbrio das possibilidades que ele, frequentemente, determina, na medida em que ele pode determinar, o que é melhor; e não infrequentemente ele é necessitado a assumir e agir, quando todas as probabilidades estão tão perfeitamente equilibradas, que ele não pode encontrar nenhuma razão para tomar um curso em distinção de outro. Contudo, nenhuma culpa moral é incorrida quando alguém é necessitado a agir em alguma direção, e quando toda luz disponível foi buscada e empregada para determinar a melhor direção.

Entretanto, como as suposições falsas, frequentemente, envolvem uma culpa moral muito grande, é importante desenvolver algumas das características distintivas dessa classe de suposições.

1. Envolvem culpa moral todas as suposições que estão em oposição às reais e positivas afirmações da Inteligência. Assim como a Vontade pode assumir, na ausência de tais afirmações, na direção delas, também pode assumir em oposição a elas. Quando tu conduzes o Intelecto de alguém em favor de uma dada proposição, não é de modo algum certo que tu obténs o assentimento dele à verdade da proposição. Ele ainda pode assumir que toda a evidência apresentada é inadequada e, conseqüentemente, recusar-se a admitir sua verdade. Quando a Vontade se divorcia assim da Inteligência, ela incorre em culpa de um caráter não ordinário. Os homens, frequentemente, expressam suas convicções da culpa assim incorrida, dizendo aos indivíduos: “tu tens que admitir que o fato ou proposição é verdadeira. Tu estás verdadeiramente convencido. Que desculpa tu tens para não ceder a essa convicção?” Ainda assim, há indivíduos que, frequentemente fazem violência fatal a sua natureza intelectual e moral, por agarrarem-se a as suposições, na realidade conhecidas como falsas.
2. Envolvem culpa moral as suposições que são formadas sem que nos utilizemos de toda luz ao nosso alcance como base de nossas suposições. Assumirmos alguma proposição, ou afirmação, como sendo verdadeira, ou falsa, na ausência de afirmações da Inteligência como a base dessas suposições, quando a luz adequada está disponível, envolve a mesma criminalidade que as suposições em oposição à Inteligência. Por isso, temos, frequentemente, na vida comum a expressão, “tu não tens o direito de formar um julgamento sob tais circunstâncias. Tu tinhas que, antes de fazer isso, utilizar-se

de toda a luz a tua disposição.”

3. Assunções *positivas*, sem afirmações intelectuais, igualmente positivas, como base, envolvem culpa moral de caráter não ordinário. Como observado acima, somos frequentemente colocados em circunstâncias nas quais somos necessitados a agir em alguma direção, e selecionar algum curso particular sem quaisquer razões percebidas em favor daquele curso em distinção de outro. Agora, embora a *ação* seja apropriada em uma condição assim, não é apropriado fazer uma assunção positiva de que o curso selecionado é o melhor. Suponha, que todos os fatos diante da minha mente, relativos ao caráter de um vizinho, são igualmente consistentes com a posse, de sua parte, tanto de um caráter bom quanto de um caráter mau. Eu faço violência à minha natureza intelectual e moral, se, sob tais circunstâncias, assumo que seu caráter é um ou outro, e especialmente, que ele é o último ao invés do primeiro. Quão frequentemente transgressões flagrantes da retidão moral ocorrem em casos assim!

Pré-julgamentos

Esse tópico demanda algumas observações. Um pré-julgamento é uma assunção de que uma proposição ou afirmação é verdadeira, ou falsa, antes de os fatos relacionados ao caso terem sido ouvidos. Tais assunções geralmente são classificadas sob o termo preconceito. Assim, é dito de indivíduos, que eles são preconceituosos em favor, ou contra certas pessoas, sentimentos ou causas. O real significado dessas afirmações é que indivíduos têm feito assunções em uma ou outra direção, antes de ouvirem os fatos do caso, e independentemente desses fatos.

Nos pré-julgamentos, o Intelecto não decide

Comumente é dito que esses preconceitos, ou pré-julgamentos, cegam a mente para uma classe de fatos, e tornam-na apressada para discernir os de outra, e assim, conduzem a uma verdadeira desorientação da Inteligência. Penso que essa não é uma apresentação correta do caso. Os pré-julgamentos podem impedir, e frequentemente impedem, toda investigação apropriada de um assunto. Nesses casos, a Inteligência não está enganada de modo algum. Na ausência de dados reais, ela não pode fazer nenhuma afirmação positiva, qualquer que seja.

Mesmo quando os pré-julgamentos dirigem a atenção dos fatos relacionados a um lado de uma questão para aqueles relacionados com outro, a Inteligência não é enganada por isso. Tudo o que ela pode afirmar é a verdade relacionada aos fatos realmente apresentados. Quanto àqueles não apresentados, e conseqüentemente, quanto aos méritos reais de todo o caso, ela não pode fazer afirmações. Se um indivíduo forma uma opinião com base em uma audiência parcial, essa opinião é uma mera assunção da Vontade, e nada mais.

Como a mente é influenciada pelos pré-julgamentos

A maneira principal em que os pré-julgamentos afetam a mente no exame de uma causa, ainda não está estabelecida. Nos pré-julgamentos, ou assunções, uma assunção deste tipo é, quase invariavelmente, incluída, a saber: que todos os fatos de qualquer caráter relacionados com um lado da questão, são totalmente não decisivos, enquanto que todos os outros relacionados com o outro lado são decisivos. Nos pré-julgamentos, os indivíduos não apenas pré-julgam os méritos reais do caso, mas o caráter de todos os fatos relacionados a ele. Eles entram na investigação de um dado assunto, com uma determinação inflexível de tratar todos os fatos e argumentos, com que se depararem, de acordo com assunções prévias. Lance a mais clara luz sobre um lado da questão, e a resposta é, “depois de tudo, eu não estou convencido,” enquanto as circunstâncias mais triviais concebíveis relacionadas ao outro lado, serão tomadas como perfeitamente decisivas. Em tudo isso, não encontramos as operações de uma Inteligência enganada, mas de um “coração enganado”, isto é, de uma Vontade depravada, obstinadamente inclinada a tornar verdadeiras suas próprias assunções, não autorizadas e pré-formadas. Essas assunções podem resistir a qualquer grau de evidência. A inteligência não dá existência a elas, e nem pode aniquilá-las. Elas são, exclusivamente, criações da Vontade, e é por um ato da Vontade que elas precisam ser dissolvidas, ou elas prevalecerão contra toda evidência que o correr do tempo possa alistar contra ela.

Influências que induzem a falsas assunções

As influências que induzem a assunções falsas e não autorizadas, encontram-se em uma forte ação da Sensibilidade em direção aos apetites, afeições naturais, e a diferentes propensões, como o amor ao ganho, ambição, espírito faccioso,

soberba de caráter, de opinião, etc. Quando a Vontade tem sido habituada, por um longo tempo, a agir em direção a uma propensão particular, quão difícil é induzir a admissão, ou a assunção, de que a ação naquela direção é errada! A dificuldade, em tais casos, na maioria das vezes, não está em convencer a Inteligência, mas em induzir a Vontade a admitir como verdade o que a Inteligência realmente afirma.

Casos em que aparentemente, mas não realmente, somos enganados pela Inteligência

Como existem casos desse tipo, é importante assinalar algumas de suas características. Dentre elas, cito as seguintes:

1. As qualidades de um objeto particular, realmente percebido, como no caso acima citado, podem ser comuns a uma variedade de classes que nós conhecemos, e também de outras que não conhecemos. Com a percepção dessas qualidades, a Inteligência sugerirá somente aquelas classes que nós conhecemos, embora o objeto particular percebido possa pertencer a uma classe desconhecida. Se, em tais circunstâncias, uma assunção positiva, como a que classe ele pertence, é feita, uma assunção errada precisa, por necessidade, ser feita. A *Inteligência*, nesse caso, não está enganada. No entanto, ela coloca a Vontade em uma relação tal com o objeto, que se uma assunção positiva é feita, ela, por necessidade, precisa ser uma assunção errada. Desta maneira, muitas assunções erradas surgem.
2. Quando fatos estão diante da mente, frequentemente, uma *explicação* deles é desejada. Em tais circunstâncias, a Inteligência pode sugerir, como explicação, uma série de hipóteses, hipóteses que podem ser todas falsas. Se uma assunção positiva é feita em um caso assim, ela, por necessidade, precisa ser falsa; porque ela precisa estar na direção de alguma das hipóteses diante da mente no momento. Aqui, também, a Inteligência compele a uma assunção errada, se alguma assunção é feita. No entanto, ela mesma não está enganada; porque ela não dá nenhuma afirmação positiva como base para assunções positivas. Em circunstâncias assim, erros surgem com muita frequência.
3. A *experiência*, frequentemente, ocasiona assunções falsas, que são incorretamente atribuídas a afirmações reais da Inteligência. Um amigo, por exemplo, viu um objeto que apresentava a aparência externa de uma maçã.

Ele nunca antes havia visto aquelas qualidades, exceto em conexão com essa classe de objetos. Ele assumiu, de imediato, que ela era uma maçã real; mas subsequentemente descobriu que ela era artificial, e não uma maçã real. A Inteligência estava enganada nesse caso? De modo algum. Essa faculdade nunca afirmou que aquelas qualidades, que a maçã apresenta aos olhos, nunca existem em conexão com algum outro objeto, e conseqüentemente, que a maçã precisa estar presente no caso dado. A *experiência*, e não uma afirmação positiva da Inteligência, levou à assunção errada nesse caso. O mesmo princípio permanece verdadeiro, em relação a um vasto número de casos que poderiam ser nomeados.

4. Para finalizar, a Inteligência pode não somente fazer afirmações positivas na presença de qualidades percebidas, mas ela pode afirmar *hipoteticamente*, isto é, quando uma dada proposição é *assumida* como verdadeira, a Inteligência pode apresentar, e apresentará, os *antecedentes* e *consequentes* lógicos dessa assunção. Se a assunção é falsa, tal será o caráter dos antecedentes e consequentes que se seguirão dela. Contudo, um indivíduo, ao planejar a partir desses antecedentes e consequentes, pode confundir as afirmações hipotéticas da Inteligência com as reais. Uma assunção errada em teologia ou em filosofia, por exemplo, pode prover um sistema inteiro, baseado totalmente sobre princípios conducentes que são igualmente falsos. Ao traçar e aperfeiçoar um sistema desses, quão natural é a assunção de que ele se segue a afirmações reais da Inteligência, e não a hipotéticas! Existe uma infinidade de erros entre os homens oriundos dessa única fonte.

Em um tratado ampliado sobre a ciência mental, o assunto do presente capítulo deveria receber uma elucidação muito mais extensiva do que poderia ser dada a ele neste contexto. Poucos assuntos lançariam mais clara luz sobre os domínios da verdade e do erro do que este, se ele for completa e distintamente elucidado.

Em conclusão, eu simplesmente acrescento, que um das maiores realizações na virtude que podemos conceber que um ser inteligente faça, consiste em um contínuo e vigoroso emprego da Inteligência na pesquisa do correto, do justo, do verdadeiro, e do bom, em todos os departamentos de investigação humana; e em uma rígida disciplina da Vontade, para receber e tratar como verdadeiro e sagrado, tudo o que a Inteligência possa apresentar como possuidor de tais características, até à sujeição completa dos impulsos na direção de assunções não autorizadas.

Referências

- MAHAN, Asa. *A System of Intellectual Philosophy*. Fenwick: Richard M. Friedrich, 2005 [1854].
- MAHAN, Asa. *The System of Mental Philosophy*. S.C. Griggs and Company: Chicago, 1882.
- MAHAN, Asa. Influence of the Will in Intellectual Judgments. In: *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845; pp 183-194.
- MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845.
- MAHAN, Asa. *Science of Moral Philosophy*. James M. Fitch: Oberlin, 1848.

Recebido: 25/01/2021
Aprovado: 20/04/2022
Publicado: 30/04/2022